

## CAPÍTULO 10

### MASCULINIDADES SURDAS E INTERSECCIONALIDADES: RAÇA, CLASSE, GÊNERO E SEXUALIDADE

 <https://doi.org/10.68044/cvstvf05>

Mauricio Damasceno Souza <sup>1</sup>

*Mestre em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia e professor efetivo do Instituto de Letras da UFBA.*



Davi Pereira da Silva Júnior <sup>2</sup>

*Graduação em Letras - Libras. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.*



**RESUMO:** Este artigo analisa as masculinidades surdas a partir da interseccionalidade, considerando os marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade na constituição das experiências sociais de homens surdos. Trata-se de estudo teórico-bibliográfico, de abordagem qualitativa, fundamentado em produções brasileiras sobre identidades surdas interseccionais, masculinidades, sexualidades dissidentes, raça, classe, educação e Libras. A análise evidencia que a surdez não opera isoladamente: ouvintismo, racismo, desigualdade socioeconômica, cisheteronormatividade e homofobia podem se cruzar, produzindo posições distintas de privilégio, vulnerabilidade, resistência e pertencimento. Também se observa que a própria língua e os espaços comunitários podem reproduzir valores heteronormativos, ao mesmo tempo em que possibilitam práticas de contestação e afirmação identitária. Conclui-se que compreender masculinidades surdas exige superar concepções homogêneas de sujeito surdo e reconhecer a pluralidade de trajetórias, corpos, territórios e relações de poder, ampliando pesquisas, políticas educacionais e ações de acessibilidade linguística comprometidas com diversidade, direitos humanos e justiça social no contexto brasileiro contemporâneo.

**Palavras-chave:** Masculinidades surdas; Interseccionalidade; Raça e classe; Gênero e sexualidade.

## INTRODUÇÃO

As discussões contemporâneas sobre surdez têm contribuído para deslocar concepções que reduzem a pessoa surda a uma condição exclusivamente audiológica. No campo dos Estudos Surdos, a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), das experiências visuais, das comunidades surdas e das formas culturais de pertencimento tornou possível questionar modelos normalizadores centrados na audição. Entretanto, reconhecer a dimensão linguístico-cultural da surdez não significa afirmar que todas as pessoas surdas compartilham experiências idênticas. Gênero, raça, classe social, sexualidade, geração, território, religião e condições de acesso à

educação e ao trabalho atravessam as trajetórias e produzem diferenças internas que precisam ser consideradas analiticamente (Denari; Colombo, 2021; Campos; Bento, 2022).

Essa observação é especialmente importante quando o foco recai sobre homens surdos e masculinidades. A categoria homem não corresponde a uma identidade única, natural ou universal. As masculinidades são produzidas em relações sociais, históricas e culturais, vinculadas a expectativas sobre corpo, comportamento, afetividade, sexualidade, trabalho, força, autoridade e reconhecimento. Em contextos marcados pela cisheteronormatividade, determinados modos de ser homem adquirem maior legitimidade, enquanto outros são desqualificados, feminilizados, silenciados ou colocados em posições subalternizadas. Entre pessoas surdas, essas relações se articulam ainda ao ouvintismo e às disputas em torno da língua, da comunicação e da participação social.

A pertinência de uma abordagem interseccional decorre justamente da impossibilidade de separar essas dimensões como se atuassem de forma independente. Denari e Colombo (2021) mostram que a produção acadêmica sobre surdez frequentemente privilegiou a própria surdez em detrimento de outros marcadores identitários, o que favoreceu a simplificação das identidades surdas. Campos e Bento (2022), ao examinarem pesquisas brasileiras sobre interseccionalidade

e educação de surdos, também identificam lacunas epistêmicas, sobretudo em torno da negritude surda e das relações étnico-raciais. Essas lacunas afetam diretamente a análise das masculinidades, pois um homem surdo branco, um homem surdo negro, um homem surdo de classe popular, um homem surdo gay ou um homem surdo trans podem compartilhar experiências relacionadas à surdez, mas não ocupam a mesma posição nas hierarquias sociais.

Além das experiências individuais e comunitárias, a própria Libras pode ser atravessada por valores sociais relacionados às masculinidades. Oliveira e Stella (2025), ao analisarem sinais utilizados para homens cisgêneros heterossexuais e gays, evidenciam associações semânticas que aproximam a heterossexualidade de ideias de retidão, firmeza e masculinidade legitimada, enquanto determinados sinais para homens gays acionam sentidos de fraqueza, efeminação e inferiorização. O estudo é relevante porque desloca a análise da homofobia para a materialidade discursiva da língua, mostrando que a opressão não está apenas fora da comunidade surda, mas pode circular nas escolhas lexicais e nos valores que os sinais mobilizam.

O problema que orienta este artigo é: de que maneira raça, classe, gênero e sexualidade se articulam à surdez na produção de diferentes masculinidades e posições sociais entre homens surdos? O objetivo é analisar, em perspectiva interseccional, como esses

marcadores participam da constituição de masculinidades surdas, considerando identidade, língua, educação, pertencimento comunitário, afetividade e resistência. Trata-se de estudo teórico-bibliográfico, qualitativo, elaborado a partir das produções disponibilizadas e publicadas entre 2021 e 2026. O corpus reúne pesquisas diretamente voltadas a homens surdos gays e discursos sobre masculinidades e estudos sobre raça, gênero, classe e interseccionalidade na experiência surda. Trabalhos centrados em mulheres negras surdas são mobilizados para fundamentar a crítica à identidade surda universalizada e explicitar lacunas, sem converter seus resultados em evidência empírica sobre homens.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A interseccionalidade oferece uma chave de leitura para compreender que identidades e desigualdades não se organizam em compartimentos estanques. Sua potência está em examinar como diferentes estruturas de poder se cruzam e produzem experiências específicas. Na literatura analisada, essa perspectiva aparece como resposta à tendência de tratar a surdez como marcador suficiente para explicar a vida social das pessoas surdas. Denari e Colombo (2021) sustentam que a centralidade exclusiva da surdez pode invisibilizar gênero e raça, produzindo uma imagem homogênea de comunidade surda que não corresponde à multiplicidade das trajetórias concretas.

Ao recuperarem a metáfora proposta por Kimberlé Crenshaw, Denari e Colombo (2021) mostram que os eixos de desigualdade se encontram e reorganizam posições sociais. Nesse sentido, Crenshaw afirma que “os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas” que estruturam relações sociais (Crenshaw, 2002, p. 177 *apud* Denari; Colombo, 2021, p. 3). A metáfora ajuda a perceber que um sujeito pode ser atravessado simultaneamente por mais de um sistema de hierarquização, sem que seja possível calcular sua experiência pela simples soma de categorias.

Essa concepção modifica a pergunta analítica. Em vez de indagar apenas como a surdez afeta a vida de um homem, torna-se necessário perguntar qual homem surdo, em qual território, com quais recursos linguísticos e econômicos, de qual pertencimento racial, com qual identidade de gênero e sexualidade. A mesma experiência de ser surdo pode adquirir sentidos diferentes diante de desigualdades escolares, racismo, pobreza, rejeição familiar, reconhecimento comunitário ou acesso a redes de apoio. A interseccionalidade, portanto, não fragmenta o sujeito; ao contrário, oferece condições para compreender a unidade complexa de uma experiência constituída por relações sociais simultâneas.

É necessário compreender que as formas de discriminação, opressão, que os graus de vulnerabilidade e que a posicionalidade das pessoas surdas é diferentes e varia de acordo com as suas

identidades. Assim sendo, o entrelace entre o preconceito contra surdos, sexismo e racismo gera uma forma específica de marginalização social que é diferente daquela produzida pela convergência entre o preconceito contra surdos e sexismo, e essas divergem de outras intersecções (Denari; Colombo, 2021, p. 5).

A passagem de Denari e Colombo explicita que a vulnerabilidade é relacional e posicionada. Para a análise das masculinidades surdas, isso significa que não basta acrescentar raça, classe ou sexualidade a uma identidade masculina previamente pronta. O próprio sentido do que é ser homem se reorganiza nessas intersecções. Masculinidades podem ser reconhecidas como dominantes em um contexto e, simultaneamente, subordinadas em outro. Um homem surdo cisgênero e heterossexual pode experimentar barreiras ouvintistas e linguísticas, mas também se beneficiar de privilégios vinculados à heterossexualidade e à cisgeneridade. De modo inverso, um homem surdo gay pode enfrentar ouvintismo e homofobia, inclusive dentro de espaços comunitários nos quais a identidade surda é valorizada.

Campos e Bento (2022) reforçam essa crítica ao mostrarem que a produção brasileira sobre interseccionalidade e surdez ainda apresenta lacunas quanto às relações étnico-raciais e a outros marcadores multiculturais. A própria expressão que dá título ao trabalho - nem todo surdo é igual - sintetiza um princípio importante: pertencimento linguístico não apaga diferenças raciais, econômicas,

territoriais ou sexuais. Para as autoras, a comunidade negra surda permaneceu historicamente pouco visibilizada em parte da pesquisa educacional, o que exige ampliar o repertório teórico e metodológico dos Estudos Surdos.

Mateus, Pessoa e Cabello (2023) ampliam esse movimento ao aproximarem surdidade, transgeneridade, movimentos sociais e educação ética. Para as autoras e o autor, a interseccionalidade permite relacionar opressões sem transformar diferenças em competição. Essa formulação é especialmente produtiva para o estudo de masculinidades porque impede que se escolha entre surdez e gênero como se apenas um desses eixos pudesse ser politicamente relevante. A diferença surda pode constituir fonte de pertencimento, língua e resistência, enquanto gênero e sexualidade reorganizam experiências de corpo, reconhecimento e violência.

Assim, cumpre destacar que a questão interseccional abordando relações de gênero e a diferença surda começa a ser discutida mais recentemente o que, em nossa percepção, começa a ampliar as possibilidades de discussão e de práticas pedagógicas que vislumbrem os atravessamentos das estruturas do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado também na relação com as múltiplas diferenças – inclusive as diferenças surdas (o que, por sua vez, também movimenta o campo dos estudos surdos para o estudo de outras formas de opressão que não apenas as ouvintistas/ouvintes) (Mateus; Pessoa; Cabello, 2023, p. 240).

O trecho evidencia que a abordagem interseccional não reduz a importância do ouvintismo; ela amplia o campo analítico para compreender sua relação com racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Essa ampliação é central para o conceito de masculinidades surdas adotado neste artigo. O plural indica que homens surdos não formam um bloco identitário uniforme e que suas práticas de gênero são constituídas em redes de poder diversas. Consequentemente, uma análise comprometida com a experiência surda precisa articular língua e cultura à posição social, sem presumir que a comunidade seja um espaço automaticamente livre de sexismo, racismo ou LGBTfobia.

O conceito de masculinidades permite compreender que o masculino é produzido por práticas, expectativas e relações de poder. Oliveira e Nascimento (2026), em pesquisa com homens gays vivendo com HIV (população que não é surda e, portanto, mobilizada aqui apenas como apoio conceitual), mostram que raça, classe, geração e sexualidade influenciam maneiras de interpretar o cuidado, o corpo e os modos de ser homem. A contribuição desse estudo está em recusar uma masculinidade universal e reconhecer que normas de gênero se materializam de maneira diferenciada conforme a posição social dos sujeitos. Esse princípio dialoga com os Estudos Surdos ao indicar que a surdez deve ser analisada como mais um eixo relacional, e não como explicação isolada.

No campo educacional da surdez, Alves, Gonçalves e Freitas (2024, p. 11) afirmam que “existem diversas formas de ser e estar homem”. A formulação é breve, mas importante, porque desloca o masculino de uma essência corporal para um campo performativo. Os autores mostram que roupas, objetos, práticas curriculares e convenções sociais participam da atribuição de significados de gênero. Assim, masculinidade não corresponde automaticamente a determinado corpo, tampouco se esgota na cisgeneridade ou na heterossexualidade. Essa compreensão possibilita incluir homens surdos gays, bissexuais, trans e outras experiências que não se ajustam ao padrão masculino cisheteronormativo.

A noção de hegemonia ajuda a entender por que certas masculinidades recebem maior prestígio. Normas sociais tendem a associar o homem legitimado a atributos como firmeza, autocontrole, força, autonomia econômica, autoridade e heterossexualidade. Na experiência surda, essas expectativas podem produzir contradições. De um lado, homens surdos podem ser infantilizados ou percebidos sob uma lógica capacitista/ouvintista que questiona sua autonomia. De outro, podem reproduzir expectativas de masculinidade dominante em suas relações afetivas e comunitárias. A interseccionalidade evita, portanto, representar todo homem surdo apenas como vítima: um mesmo sujeito pode sofrer opressão em um eixo e ocupar posição privilegiada em outro.

Essa ambivalência aparece de forma concreta no estudo de Santos (2025) sobre tradutores e intérpretes de Libras queer ou não heteronormativos. As narrativas analisadas registram preconceito, machismo, hipersexualização e curiosidade invasiva sobre a vida pessoal. O artigo também chama atenção para a heterogeneidade da comunidade surda e para o fato de que identidade de gênero e sexualidade influenciam relações profissionais e comunitárias. Para o debate sobre masculinidades, essa constatação é relevante porque mostra que padrões de reconhecimento do masculino não são produzidos apenas por instituições ouvintes; também podem operar em ambientes vinculados à Libras e à própria comunidade surda.

É justamente por isso que as masculinidades surdas devem ser pensadas como relações, e não como perfis fixos. A experiência masculina pode envolver resistência ao ouvintismo, valorização da Libras e fortalecimento de redes surdas, mas também pode reproduzir hierarquias de gênero. Reconhecer essa complexidade não diminui a denúncia das barreiras linguísticas; ao contrário, torna possível compreender de forma mais precisa como poder e desigualdade circulam em diferentes níveis da vida social.

No estudo de Alves, Gonçalves e Freitas (2024), a classe social aparece como vetor que atravessa a Educação de Jovens e Adultos e as práticas curriculares com estudantes surdos. Os autores relacionam escolarização, trabalho, desigualdade econômica e raça, chamando

atenção para a necessidade de considerar os contextos de vida dos estudantes. A implicação para o estudo das masculinidades é direta: ideais de homem provedor, trabalhador e economicamente autônomo podem ganhar sentidos particulares quando a trajetória de um homem surdo é marcada por barreiras educacionais e comunicacionais, precariedade laboral ou restrição de acesso a serviços. Nessas situações, classe e surdez não atuam em paralelo; elas se reorganizam mutuamente.

A raça também altera a legibilidade social do corpo masculino. Campos e Bento (2022) mostram que a negritude surda foi insuficientemente contemplada em parte da produção educacional brasileira. Silva *et al.* (2023) e Brito *et al.* (2021), ainda que centradas em mulheres negras surdas, demonstram que racismo e surdez se entrecruzam na constituição de identidades, violências e possibilidades de agência. Para uma futura agenda de pesquisa sobre homens, isso exige investigar como a masculinidade negra surda é produzida entre estereótipos raciais, expectativas de virilidade, experiências de violência, pertencimento à comunidade negra e participação em comunidades surdas.

A discussão de Oliveira e Nascimento (2026) sobre homens gays vivendo com HIV, embora não envolva pessoas surdas, reforça conceitualmente que masculinidades são atravessadas por raça e classe. Os autores descrevem como marcadores sociais alteram

experiências de cuidado, estigma e vulnerabilidade entre homens historicamente marginalizados. A aproximação com o campo da surdez deve ser feita com cautela: não se trata de transferir achados empíricos, mas de reconhecer que estudos de masculinidades já demonstram a necessidade de incluir posição racial e socioeconômica na análise. Aplicada à população surda, essa necessidade se torna uma pergunta de pesquisa ainda pouco respondida pelo corpus aqui mobilizado.

A articulação entre raça e classe também permite compreender a distribuição desigual de capital cultural e linguístico. Embora a Libras seja um direito e um elemento de pertencimento, as oportunidades de aquisição precoce da língua, escolarização bilíngue, circulação em eventos, acesso a tecnologias, formação superior e inserção profissional não são iguais para todos os surdos. Essas diferenças podem afetar a participação em espaços onde modelos de masculinidade são produzidos e negociados. Um homem surdo com maior escolarização e renda pode ter recursos para circular entre redes distintas e acessar informações sobre gênero e sexualidade, enquanto outro, submetido a barreiras econômicas e comunicacionais, pode depender de redes mais restritas.

A sexualidade é o eixo no qual a literatura do corpus oferece evidências mais diretas sobre homens surdos. Flôr, Sousa e Romário (2024) analisam a experiência de um jovem surdo gay em Juazeiro do

Norte e mostram que a compreensão da sexualidade foi atravessada pela falta de informações acessíveis em língua de sinais, por valores religiosos e pela busca de apoio em redes sociais e em comunidades surdas de outros territórios. A trajetória evidencia que identidade surda e identidade gay não são camadas independentes: elas se constroem simultaneamente e podem gerar tanto conflito quanto orgulho e pertencimento.

Vieira, Caetano e Silva (2022) abordam homens surdos gays a partir do videoclipe “Flutua” e da cultura visual. O artigo discute a precarização social decorrente de marcas interseccionais e analisa a imagem do corpo surdo e gay como produção de significados dissidentes. A representação afetivo-sexual entre homens surdos assume, nesse caso, uma dimensão política, porque torna visível uma existência frequentemente submetida à combinação de ouvintismo e LGBTfobia. A cultura visual funciona como espaço de circulação de saberes e de produção de modos de existir que não dependem da validação heteronormativa.

Santos (2025) chega a questões semelhantes ao revisar narrativas de tradutores e intérpretes de Libras queer. Os depoimentos analisados indicam que preconceito e machismo podem operar nas relações profissionais e no contato com a comunidade surda. A autora ressalta que não existe uma comunidade surda homogênea e que as intersecções entre gênero, sexualidade, posição profissional e

pertencimento comunitário precisam ser consideradas. Esse ponto é essencial para analisar masculinidades dissidentes, pois um homem gay que compartilha língua e cultura com outros surdos não está necessariamente protegido contra homofobia.

A pesquisa de Oliveira e Stella (2025) torna essa tensão ainda mais evidente ao investigar os sinais usados em Libras para designar homens cisgêneros heterossexuais e gays. Com base em entrevistas narrativas com membros surdos e ouvintes da comunidade surda de Maceió, os autores identificam sinais associados ao homem heterossexual que remetem a reto/direto e firmeza, enquanto um dos sinais recorrentes para homem gay deriva de uma associação com efeminação e fraqueza. O resultado permite compreender a língua como prática social: os sinais não são recipientes neutros, pois podem carregar avaliações e hierarquias construídas historicamente.

Quanto ao movimento desse sinal, há um encadeamento discursivo que constrói relações entre pessoas homossexuais com a prostituição, lugar lido socialmente como promíscuo, indecente, vergonhoso, imoral, pervertido e tantos outros correlatos que se opõem aos adjetivos positivos mobilizados pelo discurso heteronormativo para designar o homem-cis-hétero. Desse modo, o sinal de homem-cis-gay, em suma, tanto em relação a configuração de mão quanto ao movimento em sua realização, responde aos discursos (re)produzidos pelos sinais de hétero ao construir a imagem do homem-cis-gay como um não-homem, afinal não há neste caso a marcação do sinal de homem (Oliveira; Stella, 2025, p. 22).

A formulação evidencia uma operação típica da masculinidade hegemônica: a homossexualidade masculina é desqualificada por meio de sua aproximação com o feminino e com ideias de desvio moral. Quando o homem gay é representado como “não-homem”, a fronteira do masculino é policiada linguisticamente. Nesse processo, a heterossexualidade deixa de aparecer apenas como uma orientação sexual e passa a funcionar como critério de legitimidade masculina. Para homens surdos gays, esse mecanismo pode adquirir força particular porque se inscreve na língua que constitui um importante eixo de identidade e pertencimento comunitário.

Contudo, o mesmo estudo registra possibilidades de resistência. Oliveira e Stella (2025) identificam a soletração lexicalizada G-Y como alternativa apontada por participantes gays por não carregar as mesmas conotações pejorativas. A escolha lexical, nesse caso, não é apenas terminológica: ela expressa disputa por significação e por reconhecimento. Ao selecionar ou criar formas de nomeação menos estigmatizantes, sujeitos surdos participam ativamente da transformação das relações sociais inscritas na língua. Assim, Libras pode ser simultaneamente espaço de circulação de discursos opressores e recurso para sua contestação.

Essa disputa também aparece no campo educacional. Se informações sobre sexualidade circulam predominantemente em português oral ou em materiais sem tradução adequada, pessoas surdas

podem encontrar obstáculos para acessar conceitos, vocabulários e debates necessários à compreensão de seus próprios afetos e direitos. Flôr, Sousa e Romário (2024) mostram que a busca por redes sociais e por comunidades externas ao território local pode se tornar estratégia para romper silenciamentos. A acessibilidade linguística, portanto, não é um detalhe técnico, mas condição para autonomia, cuidado, prevenção de violências e reconhecimento identitário.

O estudo de Flôr, Sousa e Romário também ajuda a problematizar a tendência de as pautas comunitárias concentrarem-se apenas em língua e cultura, como se sexualidade fosse um tema externo à experiência surda. Ao refletirem sobre a trajetória investigada, os autores defendem que a educação sexual precisa contemplar a população surda por meio da língua de sinais.

Consideramos que a ênfase na dupla experiência identitária do sujeito pesquisado, ou seja, a interseccionalidade de suas identidades destoantes, em seu contexto local, faz com que a discussão da sexualidade passe a figurar em pautas fundamentais dentro da comunidade surda, que, muitas vezes, concentra seus debates em torno da temática linguística e cultural, sobretudo pelo histórico de exclusão que sofrem as pessoas surdas por conta de sua língua. Ademais, chamamos atenção para o fato de a educação sexual ser essencial para o conhecimento de todas as pessoas, portanto deve contemplar também as pessoas surdas, por meio da língua de sinais, visto que algumas iniciativas podem ser percebidas, mas nem sempre são linguisticamente acessíveis para a comunidade surda (Flôr; Sousa; Romário, 2024, p. 367).

A educação sexual acessível em Libras é especialmente relevante para homens surdos porque modelos hegemônicos de masculinidade frequentemente desestimulam a busca por informação, o reconhecimento de vulnerabilidades e o cuidado de si. Quando esse padrão se combina com barreiras linguísticas, podem surgir condições adicionais de desinformação e isolamento. O enfrentamento dessas barreiras exige materiais bilíngues, profissionais preparados, participação de pessoas surdas na produção de conteúdos e abertura para temas como diversidade sexual, consentimento, prevenção de violências, saúde sexual e afetividade.

A perspectiva de Vieira, Caetano e Silva (2022) acrescenta que a representação artística e visual pode funcionar como espaço de aprendizagem e reconhecimento. Ao colocar homens surdos gays no centro de uma narrativa afetiva, o videoclipe analisado rompe com o apagamento e permite imaginar existências nas quais surdez, desejo e amor não aparecem como incompatíveis. Esse aspecto é importante porque masculinidades são construídas também por imagens, narrativas e repertórios culturais. Quanto mais restrito o conjunto de representações disponíveis, maior a força de modelos únicos de masculinidade.

No campo escolar, Alves, Gonçalves e Freitas (2024) propõem uma leitura curricular capaz de considerar simultaneamente gênero, classe, trabalho e raça na educação de pessoas surdas. Essa abordagem

é coerente com a ideia de que currículo produz sujeitos e modos de ler o mundo. Para o debate sobre masculinidades, práticas curriculares interseccionais podem favorecer discussões sobre diferentes formas de ser homem, relações de cuidado, divisão social do trabalho, violência de gênero, racismo, sexualidades e expressões corporais. O requisito central é que tais temas sejam abordados com acessibilidade linguística e visual, evitando que a presença da Libras seja reduzida à tradução de conteúdos originalmente pensados apenas para ouvintes.

O mesmo princípio vale para políticas de inclusão. Uma política que assegura intérprete, por exemplo, pode reduzir uma barreira comunicacional e ainda permanecer insuficiente para um homem surdo negro que vivencia racismo, ou para um homem surdo gay exposto à homofobia. A interseccionalidade não transforma políticas universais em ações impossíveis; ela exige que sua implementação reconheça desigualdades internas e crie mecanismos para responder a necessidades diferenciadas. Isso inclui produção de dados desagregados, consulta às comunidades, materiais acessíveis, protocolos contra discriminação e incentivo a pesquisas protagonizadas por pessoas surdas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida demonstra que falar em masculinidades surdas exige abandonar qualquer noção de homem surdo universal. A

surdez constitui uma dimensão importante da experiência social, especialmente pelas relações com Libras, visualidade, pertencimento comunitário e barreiras ouvintistas, mas não explica sozinha as trajetórias. Raça, classe, gênero e sexualidade atravessam corpos, relações, instituições e linguagens, produzindo diferentes condições de reconhecimento, vulnerabilidade, privilégio e resistência.

A interseccionalidade mostrou-se particularmente fecunda porque permite compreender essas dimensões como mutuamente constitutivas. Os estudos de Denari e Colombo (2021), Campos e Bento (2022), Silva *et al.* (2023), Brito *et al.* (2021), Alves, Gonçalves e Freitas (2024) e Mateus, Pessoa e Cabello (2023) evidenciam que a identidade surda não pode ser analisada sem atenção a desigualdades raciais, econômicas e de gênero. Ao mesmo tempo, a literatura diretamente relacionada a homens surdos gays, especialmente Vieira, Caetano e Silva (2022), Flôr, Sousa e Romário (2024) e Oliveira e Stella (2025), demonstra que sexualidade e masculinidade se tornam campos decisivos de disputa por pertencimento e legitimidade.

No âmbito educacional e comunitário, os estudos apontam para a necessidade de ampliar a acessibilidade para além da tradução linguística. Educação sexual, debates sobre racismo, gênero, classe, masculinidades e diversidade precisam estar disponíveis em Libras e ser produzidos com participação surda. Materiais visuais, narrativas culturais, formação crítica de profissionais e políticas de

enfrentamento à discriminação podem contribuir para que homens surdos encontrem repertórios diversos de existência, cuidado e pertencimento.

Como limite, o conjunto analisado apresenta escassez de pesquisas empíricas especificamente dedicadas a homens surdos negros, homens surdos de classes populares e homens surdos trans. Parte importante da base teórica sobre raça e surdez provém de estudos com mulheres negras surdas, utilizados aqui para demonstrar a operação interseccional do racismo e para explicitar lacunas, e não para presumir equivalência entre experiências. Pesquisas futuras devem aprofundar essas diferenças, considerar variações regionais e geracionais e privilegiar metodologias visuais e em Libras. Com isso, será possível construir um campo de estudos das masculinidades surdas que reconheça, simultaneamente, direitos linguísticos, diversidade social e justiça interseccional.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Cláudio Eduardo Resende; GONÇALVES, Rebeca Cristina Nunes Lloyd; FREITAS, Luciana Aparecida Guimarães de. Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e92896, 2024. DOI: 10.1590/1984-0411.92896. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.92896>. Acesso em: 8 jul. 2026.
- BRITO, Ires dos Anjos; MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; BENTO, Nanci Araújo; RODRIGUES, Nayara. Que corpo é esse? Literatura

negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, v. 6, n. 1, p. 209-232, 2021. DOI: 10.22481/odeere.v6i01.8533. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8533>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CAMPOS, Sandra Regina Leite de; BENTO, Nanci Araújo. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. **D.E.L.T.A.**, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2022. DOI: 10.1590/1678-460X202257202. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202257202>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 29 jul. 2026.

DENARI, Fátima Elisabeth; COLOMBO, Isabella Mota. Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 26, e215287, 2021. DOI: 10.24220/2318-0870v26e2021a5287. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5287>. Acesso em: 3 set. 2026.

FLÔR, Cícera Patrine Cunha; SOUSA, Rômulo de Lima; ROMÁRIO, Lucas. “Parece que eu tenho duas identidades, e é lindo! Identidade surda e LGBT! Eu sinto orgulho!” Língua de sinais, sexualidade e educação no contexto da comunidade surda. **Revista Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 348-370, 2024. DOI: 10.14295/de.v12i1.17400. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v12i1.17400>. Acesso em: 5 set. 2026.

MATEUS, Idris Bonilha; PESSOA, Ester Chaves; CABELLO, Janaina. Surdidade, transgeneridade e uma abordagem interseccional para a educação ética de pessoas trans e de pessoas surdas. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**,

Naviraí, v. 10, n. 24, p. 230-248, 2023. DOI: 10.55028/pdres.v10i24.17728. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/pdres.v10i24.17728>. Acesso em: 7 set. 2026.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Matias de; STELLA, Paulo Rogério. Entre mãos e sentidos: circulação de discursos homofóbicos em sinais da Libras. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 19, e019032, 2025. DOI: 10.14393/DLv19a2025-32. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/DLv19a2025-32>. Acesso em: 10 set. 2026.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. Narrativas de homens gays con(vivendo) com HIV: pensando masculinidades, interseccionalidades e saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 35, n. 4, e250321pt, 2026. DOI: 10.1590/S0104-12902026250321pt. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902026250321pt>. Acesso em: 12 set. 2026.

SANTOS, Saionara Figueiredo. QUEERTILS: discursos sobre gênero e sexualidade na comunidade surda brasileira. **Revista Ártemis**, v. 39, n. 1, p. 293-307, 2025. DOI: 10.22478/ufpb.1887-8214.2025v39n1.74784. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1887-8214.2025v39n1.74784>. Acesso em: 14 set. 2026.

SILVA, Aline Gomes da; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; LIMA, Fátima; MONTEIRO, Ana Claudia Lima. Interseccionalidade e identidade: raça, gênero e surdez pela agência de mulheres negras. **Revista da ABPN**, v. 16, edição especial, p. 449-472, 2023. DOI: 10.31418/2177-2770.2023.v16.c.1.p.449-472. Disponível em: <https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1634>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIEIRA, Ana Gabriela da Silva; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; SILVA, José Rodolfo Lopes da. “Flutua”: saberes, experiências e direito de existência queer surda nas discursividades de um clipe musical. **Revista de Educación**, año XIII, n. 25.2, p. 35-52, 2022.

Disponível em:

[https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r\\_educ/article/view/6609](https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/6609).

Acesso em: 17 set. 2026.